



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES
CENTRO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

PLANEJAMENTO DE PROJETOS EDUCACIONAIS:
integração e socialização de toda a comunidade escolar

Belister Rocha Paulino

Professora-orientadora Dra. Otília Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas
Professor tutor-orientador Me. Marcos Alberto Dantas

Brasília (DF), Julho de 2014

Belister Rocha Paulino

**PLANEJAMENTO DE PROJETOS EDUCACIONAIS:
integração e socialização de toda a comunidade escolar**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Gestão Escolar como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar sob orientação da Professora-orientadora Dra. Otilia Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas e do Professor tutor-orientador Me. Marcos Alberto Dantas.

Brasília (DF), Julho de 2014

TERMO DE APROVAÇÃO

Belister Rocha Paulino

PLANEJAMENTO DE PROJETOS EDUCACIONAIS: integração e socialização de toda a comunidade escolar

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar pela seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. Otília Maria Alves da
Nóbrega Alberto Dantas – UnB/FE/MTC
(Professora-orientadora)

Prof. Me. Marcos Alberto Dantas – UnB/
FACE/ADM
(Tutor-orientador)

Profa. Dra. Liliane Campos Machado – UnB/FE/MTC
(Examinador externo)

Brasília (DF), Julho de 2014

Dedico esta pesquisa a todos os profissionais da educação que, em meio aos entraves do trabalho, persistem com uma atuação inovadora, optando assim pela busca de soluções que possam tornar sua prática mais produtiva e com resultados favoráveis ao desenvolvimento de seus alunos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade de estar em contato com um trabalho de pesquisa voltado à reflexão das atividades educacionais que podem levar a escola a promover ações voltadas ao pleno desenvolvimento daqueles que dela participam.

“É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz de tal maneira que em dado momento a tua fala seja a tua prática”.

(Paulo Freire)

RESUMO

Com a preocupação de analisar as implicações das práticas relacionadas ao planejamento e desenvolvimento de projetos educacionais, o presente trabalho destaca a realidade vivenciada no Centro de ensino Especial 01 de Santa Maria. O trabalho está fundamentado na identificação do conceito de planejamento e suas implicações diretas no trabalho pedagógico desenvolvido na perspectiva de construção de uma educação de qualidade. Abordando aspectos como avaliação e as bases legais na construção do currículo, procurou-se destacar a ação da comunidade escolar como forma de participação democrática dentro da dinâmica da educação especial. A análise está baseada na participação que a comunidade escolar demonstra diante da criação e execução dos projetos interdisciplinares desenvolvidos atualmente nesta instituição. Destacam-se pontos como superação das dificuldades encontradas pelos professores e direção; ações planejadas com foco na socialização dos alunos e como cada projeto pode contribuir para a aprendizagem e promoção das habilidades pertinentes ao currículo do ensino especial.

Palavras-chave: Projetos educacionais. Comunidade escolar. Planejamento participativo e democrático. Educação de qualidade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
JUSTIFICATIVAS E PROBLEMÁTICA.....	9
1. Contextualização e Histórico da Comunidade Escolar.....	9
2. Dinamizando o Atendimento Especializado.....	10
3. Projetos: Um Tema Presente na Realidade da Educação especial.....	13
OBJETIVOS.....	16
METODOLOGIA DA PESQUISA.....	17
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
1. Projetos Enriquecendo a Prática Pedagógica.....	19
2. Planejamento e projetos: Pensando o Fazer Educacional.....	21
3. Planejamento Participativo e Democrático da Comunidade Escolar.....	24
4. Avaliação na Perspectiva de Desenvolvimento da Educação.....	26
5. Projeto Político Pedagógico: Traçando Caminhos para a Elaboração de Projetos Educativos.....	29
6. Educação de Qualidade: Consolidando Bases Legais para a Construção do Currículo	32
ANÁLISES, RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	37
1. Participação da Família.....	37
2. Docentes X Projetos.....	38
3. Conversando com a Gestão da Escola.....	40
4. Os Projetos Interdisciplinares do CEE 01 de Santa Maria.....	43
CONCLUSÃO.....	52
REFERÊNCIAS.....	54
APÊNDICES.....	58
Apêndice A: Questionário para os Pais.....	58
Apêndice B: Questionário para os Professores.....	60
Apêndice C: Roteiro de Entrevistas	62
Apêndice D: Roteiro de Observação.....	63

INTRODUÇÃO

É possível promover a aprendizagem de forma mais prazerosa sem perder o foco nas habilidades que se que atingir? Como os gestores, professores e toda a comunidade escolar podem renovar e incentivar a cada ano, o fazer pedagógico, tomando como base projetos sugeridos pelos que fazem parte da escola? O corpo docente junto à comunidade escolar sente-se engajado na busca por diferentes maneiras de ensinar para que os resultados na aprendizagem sejam mais satisfatórios? Procurando se traçar um esboço de possíveis respostas a esses questionamentos é que se iniciou esta pesquisa sobre o planejamento de projetos educacionais na perspectiva de participação da comunidade escolar.

Cada escola deve encontrar seu caminho de enfrentar as barreiras e se sobressair com projetos pedagógicos enxutos e práticos e que possam refletir os anseios de todos os participantes. A criatividade aparece diante da necessidade e com pessoas preocupadas e engajadas em realizar de forma significativa o trabalho a que se dispuseram.

Ações realizadas no ambiente escolar sem a participação de todos envolvidos no processo de aprendizagem podem ser consideradas estáticas ou pontuais e podem não resultar em práticas eficazes. Por outro lado, ações pensadas no coletivo e planejadas a partir do estudo das realidades e dificuldades podem marcar o trabalho de gestores e professores preocupados com a educação.

Nesta perspectiva serão analisadas as experiências em projetos interdisciplinares desenvolvidos no Centro de Ensino Especial 01 de santa Maria, destacando as dificuldades e vantagens da elaboração e execução das ações necessárias ao bom andamento dos mesmos.

JUSTIFICATIVA E PROBLEMÁTICA

1. Contextualização e Histórico da Comunidade Escolar

No Projeto Político Pedagógico (PPP) do Centro de Ensino Especial 01 de Santa Maria encontra-se especificado o histórico da comunidade na qual a escola está inserida bem como detalhes da implantação e inauguração da escola. As descrições a seguir se basearam nas informações que se encontram no PPP.

A criação da Região Administrativa - RA XIII de Santa Maria em 10 de fevereiro de 1993 foi vinculada ao programa de assentamento de famílias de baixa renda. O Governo loteou uma área do Núcleo Rural Santa Maria e transferiu os moradores de invasões do Gama e demais localidades do Distrito Federal para lá. Santa Maria é composta de área urbana, rural e militar. A cidade recebeu o nome do rio que existia no local.

Nos primeiros anos a cidade de Santa Maria dispunha de pouca infraestrutura urbana. Atualmente possui quase 100% de vias pavimentadas e teve a inauguração do seu primeiro hospital público, o Hospital Regional de Santa Maria, em 30 de abril de 2008.

Um dos critérios utilizados para o recebimento do lote habitacional no início era o fato de que se tivesse na família uma pessoa com deficiência, o que gerou a necessidade de se criar um Centro de Ensino de Ensino Especial (CEE) para a demanda existente.

Durante muitos anos o atendimento educacional especializado foi oferecido nas escolas que cediam espaço físico e professores para as chamadas classes especiais. Os alunos que apresentavam grandes dificuldades de aprendizagem e/ou sintomas de deficiência eram encaminhados pelas escolas à Equipe de Diagnóstico (atual Equipe de Apoio à Aprendizagem). Esta avaliava e encaminhava os alunos às classes existentes, que atendiam os alunos especiais sem um acompanhamento eficiente da coordenação central.

A Divisão de Ensino Especial oferecia suporte pedagógico às Classes, mas este se tornava insuficiente devido ao grande número de escolas a serem atendidas.

As famílias cujos filhos com deficiência precisavam de um atendimento específico, deslocavam-se para os Centros de Ensino Especial do Gama e Plano Piloto, acarretando um grande desgaste para todos. Alunos que por inúmeros motivos (dificuldades financeiras, locomoção) não tinham essas possibilidades, permaneciam isolados e sem perspectivas em seus lares.

No dia 15 de março de 2001, o CEE 01 de Santa Maria foi inaugurado e iniciou-se o atendimento para alunos com Deficiências Múltiplas (DMu), com Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD), Educação Precoce, e Oficinas Pedagógicas para Deficientes Intelectuais (D.I).

Atualmente são atendidos nas dependências do Centro de Ensino Especial 01 de Santa Maria, não só alunos da cidade, como também de cidades do entorno, como Valparaíso de Goiás.

2. Dinamizando o Atendimento Especializado

O Atendimento Especializado no Centro de Ensino Especial está organizado em etapas para atender às necessidades dos alunos conforme o ciclo de desenvolvimento psicológico e sócio emocional em três etapas:

- Etapa 1 – Alunos a partir de 04 anos até 08 anos de idade;
- Etapa 2 – Alunos a partir de 08 anos até 14 anos de idade;
- Etapa 3 – Alunos a partir de 14 anos de idade.

Muitos alunos enfrentam problemas de saúde que causam afastamentos breves ou prolongados ao longo do ano letivo, o que compromete e afeta o processo educativo dos que precisam se ausentar.

Os atendimentos prestados no Centro de Ensino Especial acarretam, por suas características de horários, uma movimentação de acompanhantes e permanência de alguns durante o período de aula. Por esse motivo foi organizada sala de espera para os pais e/ou responsáveis.

Como instituição o CEE 01 de Santa Maria destaca objetivos em seu Projeto Político Pedagógico como desenvolver condições adequadas para que os alunos com necessidades educativas especiais minimizem suas dificuldades; proporcionar condições de independência diante das necessidades e limitações e promover a

autoestima dos alunos com necessidades educativas especiais por meio de atividades manuais e de socialização no ambiente escolar.

O Centro de Ensino Especial 01 de Santa Maria oferece aos alunos especiais inclusos em escolas regulares atendimento complementar de educação física, sala de informática e artes em horário contrário.

Esta instituição norteia-se pelos princípios éticos e morais em que se sustentam as relações sociais e as relações de convivência com o meio ambiente, aliando teoria, prática e o planejamento da ação, incluindo responsabilidade, solidariedade e respeito ao bem comum. Ressaltam-se os princípios da sensibilidade criativa e da diversidade de manifestações artísticas, as quais permitem o desenvolvimento pleno de competências e habilidades, proporcionando aprendizagens significativas e melhorias na qualidade de todos os envolvidos na comunidade escolar.

A Constituição de 1988 ressalta a necessidade do atendimento às pessoas com deficiência. Em 1989, foi sancionada a Lei 7.853 de 24 de outubro, dispondo sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social e assegurando o pleno exercício dos direitos individuais e sociais destas pessoas.

Em 1993, o decreto nº 914 de 06 de setembro, em que instituiu a Política Nacional para integração da pessoa portadora de deficiência. Em junho de 1994, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) realizou a Declaração de Salamanca (Espanha) que teve como objetivo específico atendimento educacional aos alunos com necessidades educativas especiais.

A Lei nº 3.218/2003 dispõe sobre a universalização da Educação Inclusiva nas escolas da Rede Pública de ensino do DF. O Centro de Ensino Especial nº 01 de Santa Maria, em consonância com esta lei, realiza o atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais em casos excepcionais onde não são satisfeitas as suas necessidades educativas, sociais e o seu bem estar nas escolas de ensino regular.

Com a LDB (Lei 9394/96) e a partir da Constituição federal, ficaram definidos os marcos normativos para uma ação consistente de criação e diversificação de espaços educativos no âmbito da Educação Especial.

Conforme a LDB, artigo 58 §2º “O atendimento educacional será feito em classe, escolas, ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular”.

A Educação Especial no enfoque da inclusão proposto pela LDB cumpre sua especificidade ao possibilitar aos alunos com necessidades educacionais especiais (ANEE), desenvolverem suas competências, ultrapassando os limites de sua realidade. Neste enfoque são usados instrumentos para conseguir que cada aluno em particular procure superar-se e desenvolver competências que lhe possibilitem autonomia em um ambiente que lhe favoreça resgatar a dignidade de vida e o exercício pleno da sua cidadania.

Através das coordenações coletivas realizadas com os professores e direção da escola são definidas as prioridades de conteúdos fazendo a adequação necessária ao atendimento especializado.

Cada aluno tem o seu Plano Pedagógico Individual (PPI), onde são definidas as dimensões de apoio que são: funções intelectuais, comportamentos adaptativos (habilidades conceituais, sociais e práticas), funções motoras e identidade social, cultural e pessoal; sendo estes propostos pela matriz do Currículo Funcional constante nas Diretrizes Pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação/DF (Brasília, 2008). Tal matriz favorece a ampliação das competências e habilidades no processo educacional dos alunos.

A proposta pedagógica do Centro de Ensino Especial leva em conta a abordagem do Currículo Funcional que se organiza conforme previsto nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001, pg. 58), para atender os alunos que não apresentarem, no momento, condições pedagógicas para currículo comum e que necessitam de uma organização curricular específica, como também para os alunos que, depois de esgotadas todas as possibilidades pedagógicas previstas nas adequações curriculares, não apresentarem indicação para a continuidade do processo de escolarização e não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental. Esse currículo tem por objetivo estimular o desenvolvimento global dos alunos com necessidades educacionais especiais relacionadas à deficiência intelectual, múltiplas deficiências e condutas

típicas, para aquisição de habilidades psicomotoras, de linguagem, de cognição e de Atividades de Vida Autônoma e Social (AVAS), possibilitando maior autonomia, independência e promoção da qualidade de vida.

Através de eixos temáticos estabelecidos nas coordenações pedagógicas e projetos interdisciplinares são promovidas atividades que privilegiam as relações interpessoais e proporcionam oportunidades de convivências com as diferenças por todos os que fazem parte de comunidade escolar: pais, professores, alunos e servidores, de maneira a respeitá-las, fortalecendo a vivência de valores humanos tais como: solidariedade, cooperação e respeito mútuos.

No decorrer do ano letivo a participação da comunidade escolar fica mais evidente em eventos que se destacam na instituição. Dentre os mais populares pode-se listar o Carnaval, a comemoração da Páscoa, Aniversário da escola, Chá de Poesias, Festa Junina, Festa da Família, Show de Talentos, Desfile Fashion Especial, Desfile Cívico, Festival de Atividades Físicas e Recreativas, Afro Arte e Natal.

3. Projetos: Um tema Presente na Realidade da Educação Especial

Diante do surgimento dos projetos na realidade da educação especial, mais especificamente no CEE 01 de Santa Maria, emerge o interesse para o desenvolvimento da pesquisa que procura entender a prática pedagógica de projetos interdisciplinares para o desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais dentro da perspectiva do planejamento participativo da comunidade escolar.

O problema centra-se justamente na proliferação crescente dos projetos observada nos últimos cinco anos e na minha participação e atuação direta nos últimos três anos em pelo menos metade dos projetos existentes na instituição. A investigação de algo relativamente novo no contexto e na realidade da comunidade escolar em questão torna-se algo instigante ao passo que mostra as bases teóricas e legais em que se apoiam, ou ao menos deveriam se apoiar, para o fazer pedagógico dentro da educação especial.

A cada ano projetos e atendimentos se somam e se articulam na tentativa de promover uma educação de qualidade. Atualmente o centro está desenvolvendo projetos interdisciplinares como o “Vamos Começar a Brincadeira”, onde os alunos participam de rodas de capoeira; “Meio Ambiente”, com sensibilização e experiências na área verde da escola; “Ludoteca”, realizado na sala de leitura; “Sala de Informática”, o projeto da sala de música: “Cantando e Aprendendo” e o mais recente, o interdisciplinar de dança. Com a análise dos dados coletados na pesquisa, os projetos listados acima serão descrição de forma mais específica e detalhada.

A implantação de projetos nas escolas pode permitir não só a aprendizagem dos alunos, mas a interação dos professores que se dispõem a refletir a educação a partir da utilização dos projetos em sua prática. Para tanto, o corpo docente, junto à comunidade escolar, precisa sentir-se engajado na busca por resultados na aprendizagem que sejam mais satisfatórios.

A troca de experiências torna-se algo indispensável na transmissão e elaboração de conhecimentos a serem trabalhados em sala. Cada um fazendo seu trabalho de forma isolada não é a forma mais adequada de se pensar a educação formal. As contribuições e conhecimentos de cada profissional precisam ser incentivados pelos gestores na busca de melhores ações e medidas eficazes no desenvolvimento dos alunos.

O que se pode perceber é que mesmo com poucos recursos, a postura e atuação de toda a comunidade escolar podem inovar as atividades realizadas. Os exemplos de ações eficazes são inúmeros e poderiam ser colocados em destaque, mais que isso, deveriam ser fortalecidos e encorajados. Diante das inúmeras dificuldades encontradas no dia a dia o que não pode ser comum é ver o grupo de professores e gestores cruzando os braços e apenas levando as coisas de qualquer jeito. As consequências são vistas a longo prazo, com resultados que podem se configurar como preocupantes para a aprendizagem e desenvolvimento dos alunos.

No contexto da educação especial a aprendizagem dos alunos se desenvolve a partir de atividades de socialização e autonomia. O aluno com grande

comprometimento intelectual não realiza atividades cognitivas de leitura e escrita como no ensino regular e é de grande importância que existam projetos que promovam interação e socialização com o ambiente escolar.

A cada momento em que o grupo formado por professores, direção e comunidade escolar se volta para refletir a sua prática, percebe-se que é possível planejar e reafirmar os valores expressos nas atividades desenvolvidas na escola e isso pode provocar mudanças positivas no trabalho realizado pelo grupo.

OBJETIVOS

Os objetivos constituem a *finalidade* de um trabalho científico, ou seja, a *meta* que se pretende atingir com a elaboração da pesquisa. São eles que indicam o que um pesquisador realmente deseja fazer. Sua definição clara ajuda em muito na tomada de decisões quanto aos aspectos metodológicos da pesquisa, afinal, é necessário que se saiba o que se quer fazer, para depois resolver como proceder para se chegar aos resultados pretendidos.

1. Objetivo Geral

✓ Identificar a atuação da comunidade escolar na implantação, planejamento e desenvolvimento dos projetos educacionais e interdisciplinares que são realizados atualmente no CEE 01 de Santa Maria.

2. Objetivos Específicos

- ✓ Identificar os projetos educacionais existentes na escola;
- ✓ Analisar ações coletivas para o desenvolvimento das atividades propostas nos projetos;
- ✓ Analisar o debate e a socialização da comunidade escolar;
- ✓ Conhecer os mecanismos atuantes na construção e desenvolvimento dos projetos;
- ✓ Perceber o processo de construção e valorização da cultura da escola;
- ✓ Analisar se a prática e o planejamento pedagógico proporcionam melhorias na aprendizagem;
- ✓ Verificar se a prática de projetos possibilita um processo autocrítico, criativo e participativo no ambiente escolar.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Como afirma Silva (2005), “a metodologia tem como função mostrar a você como andar no ‘caminho das pedras’ da pesquisa, ajudá-lo a refletir e instigar um novo olhar sobre o mundo: um olhar curioso, indagador e criativo.” (pg. 9).

Adotar uma metodologia significa então escolher um caminho que muitas vezes requer ser reinventado a cada etapa. Neste caso é necessário mais que regras. Faz-se necessário o uso da criatividade e da imaginação. (SILVA, 2005). A metodologia desta forma, não pode perder o foco dos objetivos especificados e traçados no trabalho de pesquisa, mas conduzir de forma sistematizada a investigação que se pretende realizar.

Como conjunto de procedimentos a metodologia envolve a definição de como será realizada a pesquisa. Para o desenvolvimento da metodologia foi realizada uma abordagem qualitativa, na qual a obtenção de dados descritivos se dará mediante contato direto e interativo com o objeto de estudo.

A pesquisa procurou entender os fatos relacionados ao desenvolvimento dos projetos pedagógicos desenvolvidos na escola analisando o planejamento e a participação da comunidade escolar. Para analisar os objetivos da pesquisa foram utilizados instrumentos como entrevistas com a equipe gestora do CEE 01 de Santa Maria, questionários que foram aplicados junto ao corpo docente e com os pais dos alunos e observação das atividades realizadas em cada projeto.

As entrevistas foram realizadas individualmente com os participantes da direção com gravação de áudio na própria unidade escolar. As perguntas abordaram o papel dos gestores na implantação e desenvolvimento dos projetos pedagógicos e interdisciplinares que são realizados no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos.

Os questionários dos professores foram aplicados coletivamente durante coordenação coletiva para um total de 45 professores e coordenadores do turno vespertino. As perguntas abertas e fechadas procuravam destacar pontos acerca da vivência e contribuição de cada um para os projetos desenvolvidos na escola.

Foram enviados 65 questionários para que os pais de alunos do turno vespertino dos atendimentos de Deficiência Múltipla, Transtorno Geral do Desenvolvimento e Oficina Sócio profissionalizante, respondessem em casa. As questões, neste caso, analisaram se os pais tinham conhecimento dos projetos e qual a importância destes na aprendizagem dos seus filhos.

Cada projeto teve a observação de ao menos uma turma e algumas atividades coletivas realizadas com alunos e professores, também do turno vespertino. Esse tipo de metodologia permitiu que um esboço mais preciso e coerente fosse delineado acerca dos projetos desenvolvidos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Um tema atual no cenário educacional é a questão dos projetos. Preocupados em encontrar soluções para os problemas e dificuldades enfrentados no dia a dia de sala de aula, os profissionais da educação buscam maneiras interessantes que permitam a participação e desperte a atenção dos alunos. (PRADO, 2005).

Como forma de atingir esses objetivos um dos meios que se pode destacar é planejamento que envolve a comunidade escolar para o trabalho com projetos. Nas instituições escolares, a cada dia surgem mais e mais propostas para se trabalhar os conteúdos por meio de projetos. Diante da grande diversidade de projetos pedagógicos existentes dentro das escolas deve se manter a preocupação em situar a prática do professor de uma maneira que propicie integração das atividades desenvolvidas.

Alguns conceitos e definições de temas que se relacionam com a questão dos projetos e de como são planejados, serão analisados de agora na busca de se realizar uma análise das implicações desta prática no cotidiano escolar.

1. Projetos no Desenvolvimento de Práticas Pedagógicas

A pedagogia de projetos, de acordo com Prado (2005), leva o aluno a aprender pesquisando e levantando questões na construção do conhecimento. Nesta perspectiva o professor faz a mediação pedagógica do processo da aprendizagem do aluno, intervindo de forma clara para que os objetivos do processo sejam alcançados de forma sistematizada.

A autora destaca ainda um pré-requisito para que se trabalhe com projetos afirmando que para desenvolvê-los de forma eficaz necessita que se observe uma mudança na concepção de ensino e aprendizagem e conseqüentemente, na postura do professor.

Essa consequência pode levar a uma compreensão de que não existe um modelo pronto e acabado de projeto a ser repetido diversas vezes, mas que a complexidade que envolve o dia a dia e o contexto da sala de aula vai direcionar o trabalho de cada um que tenha a intenção de realizar determinado projeto.

Essa visão deixa claro que para se trabalhar com projetos há a necessidade, explicitada por muitos estudiosos, de se romper com as limitações do cotidiano, muitas vezes auto imposta e traçar um caminho que pode levar a outros não pensados de início. Neste contexto cabem a avaliação, o pensar e o repensar sobre o que se está fazendo para que tudo tenha um significado.

A pedagogia de projetos constitui-se um grande desafio para o professor à medida que pode tornar viável a aprendizagem de seus alunos integrando conteúdos com a realidade vivenciada (PRADO, 2005). Essa integração e articulação devem envolver não só a realidade da sala de aula, mas o contexto da escola enquanto instituição. Neste ponto a parceria entre gestores, professores e alunos é fundamental.

No processo de desenvolvimento e execução de projetos o aluno precisa ser guiado no caminho do aprender e que isso aconteça de forma desafiadora, aumentando a participação, reduzindo a evasão escolar, estimulando o aprendizado e a cooperação e melhorando o desempenho escolar. Incluir projetos no currículo é uma estratégia de ensino onde o aluno é desafiado a participar, o que pode estimular a criatividade e curiosidade do aluno. Enquanto metodologia, a prática de projetos serve a metas educacionais específicas, não podendo ser considerada como um complemento ou desvio do currículo.¹

Essa ideia também é compartilhada por BARROS,² quando afirma que os conteúdos escolares não são impedimentos para a realização de projetos, uma vez que servem de eixo na orientação dos trabalhos. O professor precisa estar atento ao momento certo de adequar os conteúdos curriculares ao trabalho com projetos.

Diante da relevância do projeto pedagógico Vasconcellos (2006), afirma que “O projeto educativo não é um a mais para a escola, com um rol de preocupações que remete para fora dela, para questões estratosféricas. Pelo contrário, é uma metodologia de trabalho que possibilita re-significar a ação de todos os agentes da escola”. (p. 4).

¹ Criando Projetos: in [www,intel.com.br/content](http://www.intel.com.br/content)

² Disponível em: <http://www.educador.brasilecola.com/orientacoes/projetos-escolares-motivacao-para-aprender.htm>

2. Planejamento e Projetos: Pensando o Fazer Pedagógico

O projeto é algo próprio da atividade humana que pensa e deseja realizar ou tornar algo real. O homem sempre pensou suas ações. Do latim *projetus*, o projeto significa lançar para frente.³

Diante desse conceito percebe-se que a prática e realização dos projetos sempre envolverá uma ação, pois “a ideia de projeto envolve a participação de algo desejável que ainda não foi realizado, traz a ideia de pensar uma realidade que ainda não aconteceu”. (PRADO, 2005. Pág. 6)

Partindo da ideia de projeto enquanto ação, Figueiredo e Gama,⁴ destacam o ato de planejar, que significa dizer que uma ação realizada dentro da escola envolverá professores e gestores num processo contínuo que se preocupa com o para onde ir e como chegar lá. Esses autores apontam o planejamento como um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente onde se articula prática escolar e contexto social, afirmando que toda a comunidade escolar necessita integrar-se visando resultados positivos na aprendizagem do aluno.

Compreender o planejamento no contexto escolar e entender com clareza o que ele representa proporciona maior liberdade e mais autonomia nas instituições educacionais, conforme os autores analisados acima.

O grande desafio segundo Vasconcellos (2006) é o de resgatar o planejamento como algo possível e necessário de se praticar.

Planejar suas ações é, portanto, uma das atribuições da escola para empreender práticas democráticas baseadas na participação e integração. Neste sentido a escola precisa reconhecer a relevância do seu papel ao promover práticas democráticas capazes de envolver pessoas em torno de objetivos comuns. (FERRI, MACEDO e SANTOS, 2012).

Isso reforça que no planejamento a participação é elemento básico para a prática democrática que exige compromisso dos participantes com as propostas defendidas, avaliadas e refletidas na própria escola.

³ Disponível em: (<http://www.discursividade.cepad.net.br/EDICOES/04/Arquivos04/05.pdf>)

⁴ Disponível em: (<http://www.discursividade.cepad.net.br/EDICOES/04/Arquivos04/05.pdf>)

No campo da gestão educacional a participação tem se colocado com maior força no centro das discussões, pois isso se coloca como componente indispensável para a atuação dos gestores. A diversidade e a intensidade com que a participação é exercida para se realizar um planejamento correspondem ao grau de comprometimento da comunidade escolar e orienta-se pela melhoria das condições de ensino e aprendizagem. (SOUZA, 2005)

Cabe ao gestor, de acordo com Souza (2005), construir e criar condições de participação cada vez mais efetiva e ampliada. Mesmo diante das dificuldades e diversidades a participação constitui-se num meio democrático de se fazer uma educação responsável. No tocante às habilidades dos gestores, saber lidar com os pares possibilita uma participação concreta no ambiente educacional.

Ganzeli⁵ acredita que o planejamento participativo incorpora diferentes olhares existentes na comunidade escolar, o que reflete o significado da realidade coletivamente construída.

Nesta perspectiva a realidade da escola deve ser planejada de acordo com suas características específicas, apesar dos vínculos institucionais que possui com um sistema escolar mais amplo. Aqui se destaca mais uma vez a questão da autonomia das escolas entendida como uma maneira de agir e orientar os indivíduos que dela participam.

Todas as ações humanas, por mais simples que possam parecer trazem em si o ato de planejar. Nas escolas em geral, o planejamento fica mais acentuado no início e no final de cada ano letivo, onde são traçados objetivos e estratégias, livros são escolhidos, e formulários preenchidos.

Mas, qual é o propósito de se planejar dentro do contexto educacional? Ribeiro,⁶ direciona a resposta para esta pergunta destacando a importância do planejamento na organização de estratégias na superação de rotinas no dia a dia da escola. Para tanto, o planejamento não deve ocorrer num único momento, mas sendo um processo, deve ser contínuo na prática escolar, pois a realidade deste ambiente é dinâmica, apresentando problemáticas e questões novas a todo o momento.

⁵ Disponível em: <http://www.fclar.unesp.br/publicacoes/revista/gestao.html>

⁶ Disponível em: <http://www.difdo.diren.prograd.ufu.br/Documentos/Texto2-Planejamento-Educacional.pdf>

Na superação de rotinas este autor aponta ainda que o planejamento não deve ser simplesmente uma prática do fazer por registro, o que reflete a descrença dos professores no ato de planejar e cair no vazio. Desta forma o planejamento não é valorizado, mas realizado para fazer frente aos requisitos formais.

Se o professor encara essas ações como algo vazio e burocrático dificilmente vai estar inserido num processo de planejamento eficaz para sua prática. (VASCONCELLOS, 2006)

Na experiência e vivência observada nas escolas, cada educador pode detectar facilmente essa realidade. Existe, na maioria das vezes, uma descrença acerca do planejamento onde muitos acreditam até nem ser necessário planejar. Neste contexto, quando um ou outro propõe reflexões e ações é visto como alguém que quer se destacar e aparecer. Acontece aí um desvio de foco. A ação educativa e inovadora pode ficar em segundo plano. É comum se observar entre os professores a falta de compromisso quanto às etapas do planejamento o que, segundo Vasconcellos, acaba sendo encarado como algo que pode tirar a liberdade de ensinar.

Diante da complexidade do ato de educar, Souza (2005) reforça que planejar é algo que se impõe como uma ação imprescindível, destacando ao menos três momentos exigidos pelo planejamento: Ter clareza de onde se quer chegar, saber a distância para se chegar e o que fazer para diminuir essa distância.

Souza (2005) afirma ainda que um dos marcos que orientam o planejamento é o contexto sócio cultural no qual a educação se dá com a garantia de que é um espaço de formação de cidadãos.

Para que a escola pública de hoje realize sua função social, são necessárias ações, da gestão escolar especificamente pedagógica, passando pelas políticas públicas, que garantam o acesso, permanência e uma escolarização de qualidade capaz de propiciar o enfrentamento do processo de exclusão social da imensa parte da população que tem na escola a principal possibilidade de construção da cidadania. (SOUZA, 2005. pág. 2)

O que reforça mais uma vez que a educação escolar tem como uma das finalidades formar cidadão para a autonomia intelectual e moral.

A falta de planejamento, nesta perspectiva, resulta em práticas desordenadas e conflitantes que poderão tirar o caráter de natureza coletiva que deve permear o trabalho pedagógico. O autor enfatiza ainda que: “Por esta razão impõe-se o imperativo de que pensar e fazer o planejamento em educação pressupõe a organização do trabalho de forma coletiva”. (SOUZA, 2005. pág. 17)

3. Planejamento Participativo e Democrático da Comunidade Escolar

Na análise do planejamento e da participação da comunidade escolar não se pode deixar de lado questões referentes à democracia e à gestão. A compreensão da escola como cenário de pluralidade cultural pressupõe auto avaliação e conhecimento que permite reflexões mais complexas e críticas sobre a educação. Ferri, Macedo e Santos. (2012)

Com a colaboração de todos da comunidade escolar, tem-se o planejamento participativo, defendido por Souza (2005) como uma prática inovadora e eficaz para que a escola possa se organizar.

Dada a importância do trabalho coletivo, como se forma um corpo coletivo com tantas histórias e experiências diferentes? A resposta, segundo Souza (2005), é através do planejamento participativo no qual se aprende com as diferenças e se produz uma identidade coletiva que dá sentido ao trabalho pedagógico. Neste sentido para o autor: “Planejar o trabalho pedagógico significa, portanto, a oportunidade de repensar a própria prática e, se ela se produz de forma coletiva, isto passa, necessariamente, pelo exercício coletivo de alternativas”. (SOUZA, 2005. pág. 19)

A mesma linha participativa é apontada por Vasconcelos (2006) no processo de elaboração do projeto e do planejamento: “Na elaboração participativa do projeto, todos têm oportunidade de se expressar”. “O processo de planejamento participativo abre possibilidade de um maior fluxo de desejos, de esperanças e, portanto, de forças para a tão difícil tarefa de construção de uma nova prática”. (p. 6)

O planejamento educacional, portanto, acontece de forma participativa apoiado nos pressupostos da unidade e do poder exercido de forma coletiva no que se refere às tomadas de decisões. (SOUZA, 2005)

A ação política implica poder. A gestão democrática enquanto ação política está voltada à divisão do poder, tendo a democracia como uma ideia de poder decorrente da capacidade humana de agir coletivamente. (SOUZA, 2005)

A única forma de se chegar a um consenso sobre democracia é, segundo Bobbio (1986), considerá-la um conjunto de regras que estabelecem quem toma as decisões e com quais procedimentos o fará. Neste sentido, as definições tomadas por um indivíduo são aceitas como decisões coletivas se observadas regras que estabelecem quais indivíduos são autorizados a tomar decisões. A regra fundamental da democracia é a regra da maioria, onde se consideram as decisões coletivas vinculadas a um grupo. (BOBBIO, 1986)

A respeito do poder e gestão Veiga (1996) evidencia que: “Gestão democrática implica principalmente o repensar da estrutura de poder da escola tendo em vista sua socialização” (p. 4).

Se há disputa política entre rivais com diferentes compreensões pelo controle da escola, tem-se uma ação política legitimada pela dominação onde quem controla o poder leva os outros a fazerem o que deseja. (SOUZA, 2005) Numa visão de escola que se almeja a gestão democrática e se planeja de forma participativa, essa prática não se configura como modelo a seguir. O respeito à maioria é apontado pelo autor como o princípio formal da democracia.

Instituir conselhos escolares ou realizar eleições para diretores por si não representa uma democracia no contexto das escolas se os indivíduos não basearem suas ações no diálogo e na alteridade. Assim a gestão democrática será entendida como um processo político no qual se deliberam, se planejam e se avaliam ações para desenvolvimento da própria escola (SOUZA, 2005). A base para o processo democrático nas escolas é, sem dúvida alguma a participação efetiva da comunidade escolar.

As escolas enquanto instituições têm pela frente o grande desafio de descobrir como se efetiva, na prática, a participação coletiva da comunidade escolar com suas diferenças e particularidades, de forma que seja visível a construção de uma democracia que represente os desejos de um grupo e seus ideais, fazendo desta forma, com que a democracia se faça presente nas relações de poder existentes nas escolas expressando a opinião não de indivíduos, como evidenciado por Souza (2005), mas de grupos.

Uma das formas de participação e democracia vigentes no sistema de ensino são os conselhos de educação. De acordo com Cury (2000), conselho significa ouvir alguém ou submeter algo a uma deliberação de alguém, após reflexão ponderada. O que implica em ouvir e ser ouvido.

Desde os tempos mais remotos os conselhos se constituíam em forma de deliberação coletiva e de representação popular.⁷ As instituições sociais são geralmente resultado de uma construção histórica que se dá ao longo do tempo. Os conselhos de educação são órgãos de deliberação coletiva na estrutura do sistema de ensino.

Os conselhos de educação inserem-se na estrutura dos sistemas de ensino como mecanismos de gestão colegiada para tornar presente à expressão da vontade da sociedade na formulação das políticas e normas educacionais e nas decisões dos dirigentes. (MEC- Conselhos de Educação- Conselhos na Gestão da Educação, 2004).

Nos conselhos de educação um colegiado de educadores fala diretamente com os governantes representando uma sociedade com decisões e reivindicações educacionais fundadas na reflexão e bom senso.⁸

4. Avaliação na perspectiva de Desenvolvimento Educacional

Para saber se o que foi planejado na escola está sendo uma prática bem sucedida chega-se num ponto fundamental no processo de aprendizagem, a avaliação.

⁷ MEC- Conselhos de Educação- Conselhos na Gestão da Educação, 2004.

⁸ MEC- Conselhos de Educação- Conselhos na Gestão da Educação, 2004.

Para Belloni (2003), avaliar é pronunciar-se a respeito das ações realizadas e fazer uma leitura da realidade. Refere-se a procedimentos que vão identificar se os objetivos foram almeçados, não se tratando de ações comparativas entre os indivíduos participantes. Desta forma, a avaliação vai se basear em critérios resultantes da concepção de educação existentes na sociedade.

Na visão deste autor, avaliar pode ser importante para se continuar a planejar práticas e ações pedagógicas coerentes com a visão de escola traçada no projeto político pedagógico. Sem essa etapa qualquer prática está sujeita ao acaso. Sem a reflexão crítica sobre as ações empreitadas no ambiente pedagógico não se pode tomar decisões para modificá-las ou buscar melhorias.

A avaliação da aprendizagem faz uma análise do desenvolvimento do aluno e serve de parâmetro para que o trabalho do professor seja avaliado.

De acordo com Souza (2009) a escola leva gestão e avaliação a se organizarem na construção do próprio processo de avaliação a partir do planejamento participativo. Essa avaliação precisa ter como ponto de partida o aluno.

No processo de avaliação a escola, ainda segundo Souza (2009), está vinculada a aspectos sociais que implicarão na decisão do que é mais importante para ser avaliado na aprendizagem.

Isso também é destacado por Sousa (2006), que afirma que a educação é um processo histórico que estabelece relações com o homem e o mundo. O conhecimento produzido na prática é algo que está em constante construção. Nesta construção a educação varia de acordo com o tipo de homem que se deseja formar e está condicionada a fatores sociais, históricos, econômicos, políticos e culturais. A escola neste contexto reflete a realidade social com a função de formar o homem na sua totalidade.

Para articular essa função social, Sousa (2006) reforça que a escola precisa refletir sobre o tipo de gestão que realiza e pensar sobre a educação que vai promover juntamente com a participação da comunidade. Desta forma concebe-se o projeto pedagógico que ajudará na construção da cultura própria e no sucesso da aprendizagem do aluno.

Para que a escola tenha uma visão transformadora de suas ações faz-se necessário a realização de sua avaliação pela comunidade escolar. Não se pode apenas ir levando o ano letivo sem ter objetivos, metas e estratégias definidas para o melhor desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Comumente se ouve, se vivencia e se estuda muito a respeito da avaliação sistemática direcionada aos alunos. Mas como acontece a avaliação da instituição escolar? Como são avaliados os professores e os gestores?

De acordo com Sousa (2006), a avaliação institucional ocorre de maneira informal no contexto escolar; mas sugere uma avaliação sistemática também da escola que tenha como ponto de partida o seu projeto.

Não se pode realizar uma avaliação institucional sem levar em conta os valores, as visões de mundo e as práticas sociais intrínsecas na perspectiva filosófica dos segmentos que compõem a escola.

O desafio proposto por Sousa (2006) é a construção de um processo avaliativo capaz de levar a uma educação democrática, onde a avaliação consiste em um processo de busca de compreensão da realidade da escola, visando o aprimoramento do trabalho escolar.

A cada momento em que o grupo formado por professores, direção e comunidade escolar se volta para avaliar-se como instituição percebe-se que é possível reafirmar os seus valores expressos no projeto da escola provocando mudanças positivas no trabalho realizado pelo grupo.

Quando ocorre a avaliação todos passam a ter uma visão do todo e não somente da sua prática, podendo opinar e sugerir de forma participativa.

Na visão de Belloni (2003), a avaliação institucional formula instrumentos de coleta de informações da realidade, mas essa é apenas uma das etapas da avaliação que deve também formular um diagnóstico das dificuldades e oferecer mecanismos de intervenção no caminho para se atingir os objetivos.

A avaliação institucional, de acordo com Sousa (2006), é um processo de busca de compreensão da realidade da escola que visa o aprimoramento do trabalho pedagógico. No processo avaliativo cada integrante é avaliado informalmente, mas precisa haver uma sistematização dessa avaliação como ocorre

com a avaliação da aprendizagem dos alunos, embora esta nem sempre considere o contexto mais amplo no qual o aluno está inserido.

Ainda de acordo com a autora citada acima, a avaliação da instituição deve seguir o caminho da ressignificação e resgate da avaliação em si de forma a orientar a aprendizagem e o avanço do conhecimento. O ponto de partida para a avaliação que essa autora sugere é o projeto político da escola, pois os critérios da avaliação estão associados às crenças, visões de mundo e práticas sociais impregnadas em cada segmento que compõe a escola. Nesta perspectiva a avaliação afirma valores e provoca mudanças significativas, não havendo, no entanto um modelo único para que ocorra esse processo.

Esse ponto de vista vai de encontro às ideias de Belloni (2003) que afirma ser necessário compreender a cultura da instituição, as pessoas e tudo mais que possa resultar em desenvolvimento e formação do cidadão. Essa metodologia propõe também que a avaliação esteja comprometida com a transformação da educação estando a seu serviço e contribuindo para que se cumpram seus objetivos. Neste sentido faz-se necessário um esforço coletivo para a sistematização da proposta de avaliação.

Na avaliação formativa proposta por este autor, encontram-se algumas dificuldades como a concepção de que a avaliação implica em premiar ou punir seus integrantes e o medo de arriscar em novos parâmetros e procedimentos de avaliação, uma vez que existe a segurança daqueles que já foram construídos. Outra dificuldade é a insuficiência de referencial teórico que abarque os diversos aspectos da aprendizagem, o que pode afetar a elaboração de instrumentos de avaliação adequados.

O que se deve fazer com os resultados da avaliação da instituição? Aqui cabem competências da gestão para transformar os resultados em ações de aprimoramento que possam sanar as dificuldades detectadas.

5. Projeto Político Pedagógico: Traçando Caminhos para a Elaboração de Projetos educacionais

Quando se aborda a questão de projetos pedagógicos, há de se lembrar do projeto político pedagógico, o PPP, no qual a escola está alicerçada. Diante da importância do ato de planejar e realizar atividades que desenvolvam a aprendizagem faz-se imprescindível dentro das escolas, a construção de um projeto político pedagógico que contemple as necessidades da clientela a qual se destina.

A escola compreendida como uma organização de trabalho conjunto e participativo está inserida num processo de avaliação para a construção do seu projeto político pedagógico. (FERRI, MACEDO e SANTOS, 2012).

A cada início de ano, quando gestores e demais profissionais se reúnem, começa a se esboçar o projeto que a escola pretende seguir durante o ano letivo. Como a equipe gestora tem que propor ações inovadoras, dentre outras atribuições, os projetos apresentam-se como grandes propostas de trabalho a serem avaliadas pelo grupo. Os projetos são avaliados nas reuniões próprias para isso em calendário disposto pela Secretaria de Educação. Os projetos que são bem desenvolvidos e apresentam resultados satisfatórios permanecem no planejamento para o próximo ano. Aqueles que ficam com lacunas são reestruturados e todos podem fazer sugestões para melhorias.

Um ponto destacado por Sousa (2006) é o projeto pedagógico, que segundo ele é o instrumento que articula as várias ações da escola, é a própria escola em movimento que destaca o diagnóstico da realidade da escola, o trabalho coletivo e as estratégias para se atingir os objetivos estabelecidos.

O projeto pedagógico transforma-se assim numa ferramenta para a democratização da escola ao passo que permite que os diversos segmentos da escola sejam representados. A construção do projeto da escola mostra a democracia como um valor e um processo de aprendizagem.

De acordo com o que Ganzeli⁹ abordou, a realidade de cada escola deve ser planejada de acordo com suas características específicas, e a análise dessa realidade é tarefa fundamental no processo de planejamento. Ele afirma que a participação de todos envolvidos no processo ensino aprendizagem garante que cada olhar seja contemplado no projeto e a não participação no processo de planejamento pode causar a fragmentação de diferentes olhares sobre a escola. E

⁹ Disponível em: <http://www.fclar.unesp.br/publicacoes/revista/gestao.html>

como esse processo é contínuo e ininterrupto, sempre estamos planejando, acompanhando, avaliando e replanejando. É realizado, desta forma, um levantamento de problemas apontados pelos segmentos e o plano é feito de forma compreensível, transparente e participativa.

Num artigo de Fonseca, Oliveira e Toschi (2004), o PPP foi analisado através de entrevistas realizadas com professores e coordenadores de ensino de uma rede estadual em São Paulo. O resultado obtido com a pesquisa aponta certa confusão acerca do significado de projeto político pedagógico na concepção dos educadores envolvidos. Muitos diziam que o PPP é a alma da escola, mas outros achavam que era a mesma coisa que PDE. O Plano de Desenvolvimento da Educação foi um programa introduzido nas escolas pelas secretarias de educação quase como uma proposta de governo, na visão dos autores, sem levar em conta a história das escolas antes desse plano. No entanto, para esses autores, se PPP é a alma da escola, o PDE com sua verba, ajuda a concretizar as metas estabelecidas no PPP, dando certa autonomia às escolas.

Em termos financeiros essa verba garante a realização dos projetos traçados, o que de certo modo, garante também mais autonomia às escolas. Isso ressalta que “A ideia de autonomia está ligada à concepção de educação. Para ser autônoma a escola não pode depender de órgãos centrais e intermediários que definem a política da qual ela não passa de executora”. (VEIGA, 1996, p. 4)

Como aponta Veiga (1996), ao conceituar o PPP, ele é construído e vivenciado em cada momento por todos envolvidos no processo com ação intencional e comprometida. Assim o projeto preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico na superação de conflitos.

As dificuldades e conflitos sempre vão existir na elaboração e execução de propostas para o ensino. Podem-se destacar alguns deles na vivência da escola como a falta de compromisso e envolvimento por parte de alguns profissionais. Embora a gestão tente envolver a todos com atividades que proporcionam reflexão e posicionamento, muitos simplesmente se esquivam de participar. Essa atitude impede as ações reflexivas que poderiam surgir do confronto das ideias

O projeto político pedagógico, portanto, não se resume a um agrupamento de planos ou atividades, mas é construído e vivenciado em todos os instantes e por todos envolvidos no processo educativo da escola, abrangendo tanto a organização da sala de aula quanto da escola enquanto instituição. (VEIGA, 1996)

6. Educação de Qualidade: Consolidando Bases Legais para a Construção de um Currículo Aberto ao Desenvolvimento de Projetos

O planejamento e a prática de projetos no contexto educacional envolvendo a participação de toda a comunidade escolar constituem-se numa forma ou tentativa de se buscar uma educação pautada na qualidade. “A escola tem que garantir a meta qualitativa do desempenho satisfatório de todos. Qualidade implica consciência crítica e capacidade de ação.” (VEIGA, 1996, p. 3).

Num contexto mais abrangente, pode focar em questões pertinentes à compreensão dos pressupostos que garantem uma educação de qualidade como o direito à educação e as implicações da Lei de Diretrizes e Bases no currículo das escolas públicas.

Nas reflexões acerca do direito à educação não podem ficar de fora questões relacionadas aos direitos humanos. A consolidação dos direitos humanos é historicamente marcada por lutas decorrentes das transformações e busca por igualdades de condições no âmbito social, econômico e político. Dentre tantas lutas e desafios, o século XX ficou marcado por muitas conquistas. As guerras e atrocidades cometidas por autoridades governamentais levaram à reflexão dos limites ultrapassados e dos direitos negados aos cidadãos.¹⁰

A garantia do direito à educação, enquanto direito humano fundamental, percorre um caminho marcado por inúmeros sujeitos sociais: pelas lutas que afirmam esse direito, pela responsabilidade do Estado em prover os meios necessários à sua concretização e pela adoção de concepção de uma educação baseada no princípio da igualdade. (DIAS, 2012)

¹⁰Disponível em:

http://moodle3.mec.gov.br/ufrgs/file.php/1/gestores/direito/direitoshumanosconceito_u1_pg1.htm

Não obstante, tenhamos avançado, a partir da segunda metade do Século XX, em termos de definição da educação como direito do homem, a educação como direito está longe de ser efetivada em termos de direito de toda e qualquer pessoa em nosso país. A legitimidade e o reconhecimento do direito humano à educação têm sido objeto de longos debates e acirradas disputas no campo político, social e educacional, advindos da luta pela democratização da educação pública, em termos de acesso, permanência e qualidade da educação. (DIAS, 2012, p.448)

A Declaração dos Direitos Humanos, resolução da ONU (Organização das Nações Unidas) em 1948, veio para reafirmar tratados e tentativas que há séculos se esboçavam no cenário europeu. No Brasil, a própria constituição de 1834 reconhecia como cidadão aquele que detinha determinado montante de renda, o que excluía a classe trabalhadora e os escravos.¹¹

A garantia e o acesso, de acordo com escola de gestores, são os primeiros passos para fazer com que o direito à educação comece a valer. E o artigo XXVI da Declaração deixa claro que todos têm direito à educação e a instrução será dada no sentido a desenvolver a personalidade e o respeito aos direitos humanos.

A ONU tem velado pelo cumprimento dos direitos e ao longo dos anos convenções internacionais como a Declaração dos Direitos da Criança de 1959 e a Declaração Mundial de Educação para Todos de 1990, têm reforçado e especificado detalhes pertinentes e essenciais ao pleno desenvolvimento da educação pelo mundo. No Fórum do Milênio que deu origem à Declaração do Milênio das Nações Unidas de 2000 estabeleceram-se metas e objetivos a serem alcançados até 2015 no que se refere à educação básica.¹²

O que se pode constatar é que todas as reuniões em torno do tema do direito à educação vão, aos poucos, mudando o cenário educacional pelo mundo. As campanhas reconhecem que a educação é a chave para a diminuição da pobreza e desenvolvimento sustentável e que as políticas públicas dos governos devem estar voltadas para esse fim.

Neste caso, infere-se que muitos avanços são alcançados com os movimentos que se firmam, não só internacionalmente, mas com iniciativas locais que, de acordo com a demanda e resultados obtidos vão se pensando em novas formas de superação das dificuldades encontradas.

¹¹ http://moodle3.mec.gov.br/ufrgs/file.php/1/gestores/direito/direitoshumanosconceito_u1_pg1.htm

¹² http://moodle3.mec.gov.br/ufrgs/file.php/1/gestores/direito/direitoshumanosconceito_u1_pg1.htm

As concepções educacionais da atualidade tentam fazer do espaço educativo dentro das escolas um local onde a ética, a moral e o pleno desenvolvimento social dos alunos sejam garantidos a partir da educação oferecida. O foco está na qualidade da educação que se disponibiliza e se estabelece como gratuita e libertadora.¹³

Diante das lutas que historicamente foram determinantes nas conquistas dos direitos fundamentais não se deve acreditar que elas já se esgotaram no cenário nacional ou internacional. O processo de garantia dos direitos dura para sempre.

Novas maneiras de se conceber a educação vão surgir, novos problemas decorrentes do meio social vão influenciar os pensamentos e ações. Neste movimento de mudanças e transformações cabem novas reflexões e ações decisivas próprias de cada momento que irão garantir os direitos fundamentais e essenciais a todos os homens e mulheres. E essas reflexões podem partir de dentro da escola, a partir do posicionamento e discussões levantadas por toda a comunidade escolar ciente de seus direitos e dos seus deveres.

Buscando bases legais para a consolidação dos direitos à educação as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica estabelecem a base nacional comum que orientar as propostas pedagógicas das escolas brasileiras; buscando prover a educação nas instâncias municipais, estaduais e federal.

O Conselho Nacional de Educação coloca à disposição das instituições os procedimentos que devem ser observados na organização da Educação Básica. Assim, a Lei 9.394/96 confere a matéria educacional no âmbito da organização do Estado.

Aspectos como recursos financeiros, dimensão geográfica, presença política e recursos naturais são considerados para a formulação das DCN, mas no entendimento de muitos educadores as leis expressas em documentos como as DCN e os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais) se transformaram em meros papéis.

Há entendimento de que uma das maiores conquistas da implementação da lei foi a criação do FUNDEB (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica), que

¹³ http://moodle3.mec.gov.br/ufrgs/file.php/1/gestores/direito/direitoshumanosconceito_u1_pg1.htm

ampliou o apoio financeiro a todas as etapas da Educação Básica. Essa conquista é resultado de lutas sociais e pode contribuir para a melhoria da ação educativa.

No contexto escolar o currículo precisa se basear nas leis que orientam a educação. Não se parte do nada na prática pedagógica. As orientações pedagógicas colocadas na lei deixarão de ser meros papéis se forem discutidas e apreciadas pela comunidade escolar e se fizerem parte do processo educacional de forma eficaz, como a realização e vivência de projetos educacionais pensados como ferramenta de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos.

As discussões acerca do currículo levantam inúmeros questionamentos. (MEC. Indagações Sobre Currículo. Brasília: DF, 2007) O que o MEC destaca é que diante da complexidade do processo educativo o currículo é fortemente marcado por questões pedagógicas e sociais e precisa ser analisado à luz do diálogo escola e vida numa perspectiva do desenvolvimento humano, conhecimento e da cultura. As indagações sobre currículo, desta forma, expressam preocupações com o que ensinar, com o que aprender e com as práticas educativas.

Os questionamentos sobre currículo despertam também a consciência de que ele não é apenas um conjunto de conhecimentos e conteúdos prontos e que serão transmitidos aos alunos, mas que representa uma construção de práticas produzidas nos contextos social, político, cultural e pedagógico. Este contexto reflete a diversidade e é dentro desta perspectiva que o currículo precisa ser entendido.

O que vai de encontro com a afirmação de VEIGA (1996):

Orientar a organização curricular para fins emancipatórios implica, inicialmente, desvelar as visões simplificadas de sociedade, concebida como um todo homogêneo, e de ser humano, como alguém que tende a aceitar papéis necessários à sua adaptação ao contexto em que vive. Controle social, na visão crítica, é uma contribuição e uma ajuda para a *contestação* e a *resistência* à ideologia veiculada por intermédio dos currículos escolares. (p. 7)

No âmbito do DF a Secretaria de Estado de Educação, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), formularam-se documentos para todos os níveis educacionais denominados “Orientações Pedagógicas”.

No caso da educação especial as orientações para o currículo específico estão no documento: “Orientação Educacional – Ensino Especial de 2010”.

Esse documento aborda os fundamentos legais e bases conceituais para a educação especial. O currículo não poderia ficar de fora desta abordagem. A concepção curricular apresenta uma pedagogia diferenciada como resposta à diversidade, considerando o uso de materiais condizentes com as necessidades identificadas. No ensino especial trabalha-se com o “Currículo Funcional” que se fundamenta a partir de um contexto comunitário participativo, culturalmente adaptado e baseado no conhecimento do aluno e no meio em que vive.

Como diz o documento:

O Currículo Funcional envolve atividades relacionadas ao desenvolvimento de habilidades adaptativas tais como: Consciência de si, cuidados pessoais e de vida diária, exercícios de independência, relacionamento interpessoal, dentre outras habilidades. (Orientação Educacional – Ensino Especial. Brasília, DF. 2010, p. 52).

O termo funcional refere-se à maneira como os objetivos educacionais são escolhidos para o aluno, enfatizando-se que aquilo que ele vai aprender tenha utilidade para sua vida no momento atual ou a médio prazo. O termo natural diz respeito aos procedimentos de ensino utilizados, colocando-se em relevo fazer o ambiente de ensino e os procedimentos o mais semelhantes possível ao que pode ocorrer no cotidiano. (SUPLINO, 2005, p. 3)

Suplino (2005) ao tratar do Currículo Funcional, destaca que ele deve responder a três perguntas básicas: “O que ensinar?”, que remete aos objetivos; “Para que ensinar?”, relacionado aos princípios norteadores da prática educativa e “Como ensinar?”, onde se devem abordar os procedimentos.

A autora define ainda o termo funcional:

FUNCIONAL - no sentido de que as habilidades (objetivos) que serão ensinadas tenham função para a vida, que possam ser utilizadas de imediato ou num futuro próximo. O aluno poderá utilizar as atividades aprendidas em sua própria vida ou para contribuir em sua família ou comunidade. Assim, não deveria ensinar, despendendo energia do aluno para aprender coisas que não têm significado para a sua vida. (SUPLINO, 2005, p. 34)

Não se faz uma educação de qualidade sem que a escola construa um currículo pautado na dinâmica social e pedagógica que está em constante transformação. Ignorar as orientações e documentos é esquecer-se das bases que podem nortear o trabalho de toda a comunidade.

ANÁLISES, RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme descrito na metodologia foram utilizados para a análise dos dados da pesquisa referente ao planejamento e desenvolvimento de projetos, questionários com pais e professores, entrevistas com a equipe gestora e observação da aplicabilidade dos projetos desenvolvidos no Centro de Ensino Especial 01 de Santa Maria.

Do quantitativo de questionários esperados para devolução dos professores não se atingiu o esperado. Somente a metade dos questionários foram respondidos e devolvidos para análise. Um percentual menor foi observado com relação à devolutiva dos pais de alunos que foi de 30%. Reconhecendo-se a dificuldade de respostas e de cooperação para uma pesquisa específica dentro do ambiente de trabalho, foi analisado com cuidado e respeito o material que foi possível obter como retorno.

Tanto por parte dos colegas professores como dos pais dos alunos, alguns se abstiveram de responder as questões subjetivas que justificariam as respostas positivas e negativas, bem como as questões que solicitavam que se destacassem as vantagens e dificuldades do trabalho com projetos na escola. Alguns diziam logo de cara: “Só vou responder só as de marcar X”.

1. Participação da Família

No processo de planejamento e desenvolvimento das atividades pedagógicas a presença da família na escola pode se configurar numa participação efetiva e marcante. Não se podem almejar ações coletivas sem que haja participação de toda a comunidade escolar, o que não deixa de fora os pais dos alunos.

Ao abordar a questão da participação, Groh (2006) a coloca como uma necessidade humana e um direito social. No tocante à participação da família na escola essa autora afirma que ela pode ser promovida pela gestão da escola incluindo a família nas decisões e reflexões pertinentes à dinâmica e desenvolvimento das ações pedagógicas. Isso fica claro quando afirma que “... se os

pais ou a comunidade apenas usufruem da escola enquanto um bem social, mas não tomam parte na sua gestão, então não se pode afirmar que eles realmente participam da escola.” (pg. 32)

O ponto analisado pela autora e visto na realidade da instituição pesquisada encontra-se em constante tentativa de efetivação por parte da direção local, mas observou-se que ainda está distante a realidade de uma participação consistente e maciça da comunidade.

Numa unidade escolar que completou treze anos no mês de março de 2014, foi constatado, pelo questionário dos pais de alunos com deficiências múltiplas, com transtorno global do desenvolvimento e com deficiência intelectual, que a maioria frequenta a escola há mais de cinco ou dez anos. Não existindo a progressão para outra série dentro do ensino especial, nem limite de idade para a continuidade do atendimento, os alunos vão seguindo ano após ano matriculados nas turmas de acordo com a deficiência apresentada.

Os pais, em sua grande maioria, desconhecem os projetos desenvolvidos na escola, embora tenham respondido que participam com frequência das reuniões realizadas na escola. Pelo fato de desconhecerem, muitos afirmaram não ter participado ou sido informados da existência dos projetos interdisciplinares que escola desenvolve com os alunos neste ano.

Na contramão desta afirmação muitos pais colocaram que os mesmos promovem desenvolvimento e participação dos alunos, sendo necessários às práticas pedagógicas da escola. Neste sentido infere-se que as propostas de trabalho apresentadas dentro do ambiente escolar são vistas pela família como algo positivo e favorável à aprendizagem do aluno, mesmo que não se entenda ou conheça o processo nas quais elas se desenvolvem.

2. Docente X Projetos

Ao se analisar o questionário dos professores, percebeu-se certa resistência e indisposição em cooperar com a pesquisa evidenciando que aquilo que não implica

em obrigação ou dever dentro da prática educativa pode ser encarado como inútil e desnecessário de se realizar.

Em alguns instantes da análise dos questionários dos professores, ou mesmo na observação da realização das atividades nos projetos ficou implícito o fato de alguns professores se colocarem de forma distante ou até mesmo neutra nas questões relacionadas à própria prática dentro da educação especial.

Isso pode está ligado ao que Codo e Menezes (2006) abordam como sendo sintomas de Burnout. Mesmo diante do dinamismo das atividades que envolvem a rotina da educação especial, muitos profissionais não percebem a importância de seu trabalho ou são incapazes de se envolver com as atividades propostas.

A síndrome de Burnout é apontada pelos autores como uma reação à tensão emocional do contato com outras pessoas. Diante das limitações dos alunos atendidos no CEE 01 de Santa Maria os professores se envolvem e se preocupam muito com as condições dos alunos especiais. O extremo dessa situação é caracterizado como Burnout e desenvolve o desgaste e apatia pelo trabalho realizado, causando falta de motivação, stress e desânimo crônico. (CODO e MENEZES, 2006).

Assim como ocorreu com a resposta de tempo na escola com os alunos, grande parte dos professores do CEE trabalha há mais de cinco ou dez anos nesta mesma unidade escolar. Com a presença de muitos professores de contrato temporário no turno vespertino, algumas turmas são atendidas pelos mesmos professores por anos seguidos, havendo pouca alteração a cada ano letivo. Até agora só os professores efetivos tiveram a oportunidade de trabalharem com os projetos interdisciplinares que entram na distribuição de turmas no início do ano, sendo substituídos eventualmente por ocasião de atestados.

Os professores reconhecem que os projetos diversificam e enriquecem a prática pedagógica, promovendo uma educação integral baseada na socialização e convivência entre alunos e professores. Destacaram como vantagens na realização dos projetos aspectos como a promoção de uma educação centrada nos valores

humanos; a diversificação do trabalho pedagógico; a inclusão dos alunos nas áreas artísticas e culturais; a participação de todos os envolvidos no processo educacional; o respeito à individualidade com promoção da coletividade, bem como a promoção da qualidade no ensino especial. Um dos professores¹⁴ relatou: “Em se tratando de educação especial considero que projetos e atividades variadas só favorecem aos alunos e aos pais, pois os mesmos sentem-se mais envolvidos, socializados, felizes e atuantes, o que facilita o desenvolvimento de habilidades que parecem difíceis de serem evidenciadas em atividades comuns”.

Dentre as dificuldades apontadas está a falta de materiais necessários à realização e execução dos projetos e o fato de que as turmas de projeto interdisciplinar só podem atender até trinta alunos, o que deixa de fora boa parte dos alunos. Quanto a esse ponto a gestão da escola frisou a necessidade de rodízio a cada ano, onde os alunos que participam de um projeto em um ano, participarão de outro no ano seguinte, adequando o máximo possível para que o maior número de alunos se beneficie de cada projeto oferecido na escola. Alguns pais questionam esse fato alegando que seu filho perde ao ser privado de determinado projeto.

Por outro lado, alguns professores acreditam que se a escola tivesse mais verba e nos profissionais se observasse mais comprometimento, haveria mais suporte para o desenvolvimento dos projetos. Outros ainda destacaram que os problemas encontrados não inviabilizam a realização dos projetos, pois “todos os profissionais envolvidos são extremamente comprometidos” ressaltando ainda que o apoio da equipe gestora e da comunidade escolar resulta em sucesso nos projetos e atividades propostas.

3. Conversando com a Gestão da Escola

A atual gestão, desde sua eleição, contribuiu com a implantação de mais dois projetos na escola, o da música e o da dança, nos quais depositam grandes esperanças de realizações futuras. Dentro da perspectiva da gestão democrática, as diretoras procuram estabelecer um diálogo constante e aberto com toda a

¹⁴ O questionário aplicado não pedia identificação.

comunidade escolar. A atuação da gestão está, neste ponto, de acordo com as determinações da lei da gestão democrática vigente.

A lei que garante a gestão democrática nas escolas públicas do DF (Lei 4.751/2012) direciona e aponta o caminho para que a educação possa encontrar um jeito de seguir assegurando no contexto das instituições, uma prática voltada para a democracia entendida como participação e efetivação dos desejos levantados pelo grupo ao qual a escola pertence.

Acerca do envolvimento da comunidade escolar a direção destacou que o alvo principal dos projetos são os alunos e que os professores estão engajados no processo de desenvolvimentos e realização de cada projeto. Os pais dos alunos apoiam, mesmo que indiretamente, ao passo que relatam desenvolvimento e crescimento dos seus filhos observados com os projetos, com isso eles exteriorizam a satisfação que sentem por seus filhos estarem fazendo parte de algum projeto. Neste caso, de acordo com a direção, o retorno positivo dos pais demonstra que eles aprovam a realização dos projetos.

De acordo com a equipe gestora os projetos foram implantados gradativamente ao longo dos anos, partindo em sua maioria, da indicação da direção que percebeu a necessidade de ofertar um atendimento diferenciado daquele que o professor regente já realiza e que favorecesse e contribuísse também o desenvolvimento do aluno. No entanto, cabe à Secretaria de Educação a permissão legal para que os mesmos sejam implantados na escola de forma a favorecer a abertura das turmas.

O primeiro projeto implantado na escola foi o de informática. Desde a inauguração do centro, em 2001, os alunos têm acesso à sala de informática, que no início estava mais restrito aos alunos da oficina sócio profissionalizante. A partir de 2005 foi organizado um atendimento que se estendesse aos demais alunos.

Quanto aos aspectos positivos dos projetos apontados pela direção foi observado que cada projeto tem seu lado positivo e características próprias que contribuem para o desenvolvimento da autonomia dos alunos. Alguns projetos contribuem até, de acordo com a direção para melhorar a marcha, a locomoção, a

comunicação e a linguagem dos alunos, bem como a percepção de si, dos outros e a autoestima dos alunos.

Assim como os professores destacaram, a direção também afirma que no geral os projetos desenvolvem a socialização e a integração dos alunos com os outros colegas e com os professores.

A falta de apoio financeiro por parte da secretaria de educação foi apontado pela direção como uma das dificuldades encontradas na realização dos projetos, pois muito do que se idealiza esbarra na questão da dificuldade da compra de materiais e realização de atividades extraclasse que enriqueceriam os projetos.

A escassez de recursos e apoio financeiro pode levar a gestão e a própria comunidade escolar a buscar sua própria autonomia. Essa questão da autonomia é colocada por Dourado, Morais e Oliveira (2008) como um caminho que escola terá que tomar de uma forma ou de outra.

Em algum momento de sua prática a independência de suas ações se fará necessária, pois a própria dinâmica expressa no projeto político pedagógico vai necessariamente levar a escola a ser cada vez mais independente. A construção da autonomia na escola refletirá tudo que foi delineado no seu projeto político pedagógico, mostrando, de acordo com os autores, a escola como espaço democrático. (DOURADO, MORAIS e OLIVEIRA, 2008).

Os projetos, de acordo com a direção estão inseridos no plano de ação do projeto político pedagógico da escola com objetivos específicos a serem alcançados dentro da instituição. Na busca de um melhor desempenho e desenvolvimento dos alunos a equipe de gestores da escola preocupa-se com as orientações pedagógicas expressas na lei, procurando inserir toda a comunidade na construção de um currículo condizente com as necessidades especiais dos alunos atendidos na escola.

Outro aspecto destacado pela direção em relação aos projetos é a saída dos professores efetivos dos projetos no caso de atestados é vista pela direção como outra dificuldade ao passo que os professores substitutos às vezes demoram a se

inteirar das atividades propostas para o projeto no qual vai atuar. Outro aspecto negativo apontado pela direção é que muitos professores regentes não têm o entendimento da dimensão e importância destes projetos para o aluno, vendo esse tempo em que os alunos ficam nos projetos apenas como um momento de descanso e de folga e que os professores dos projetos não trabalham.

A avaliação feita pela direção acerca dos projetos remete ao perfil e à caracterização do trabalho realizado com os alunos especiais. Neste sentido, todos os projetos têm a cara da escola e atingem o público alvo, os alunos, que de uma forma ou de outra ganham com qualquer participação e contato que possam ter com os projetos educativos da escola. A direção acredita ainda que todos os projetos, independente da gestão na qual foram implantados, representam um ganho também para toda comunidade escolar.

4. Os Projetos Interdisciplinares do CEE 01 de Santa Maria

De acordo com o artigo de Soares,¹⁵ trabalhar por meio de projetos pedagógicos interdisciplinares exigem várias habilidades e competências do professor e a reflexão sobre essa prática permite muitos porque cria condições para o estudante mostrar os saberes prévios que possui sobre o assunto investigado. Isso pode dar a oportunidade de que haja busca na construção de conhecimentos novos, exercitando a desenvoltura, a sociabilidade, a criatividade dentre outras competências.

Os projetos desenvolvidos atualmente no CEE são o da sala de informática, meio ambiente, capoeira, ludoteca, música e dança. Cada projeto atende cerca de trinta alunos distribuídos em horários e dias da semana, com duração de quarenta e cinco minutos cada aula. Sendo assim, uma vez por semana os alunos têm atendimento em algum projeto onde os professores responsáveis saem pelas salas para buscar os alunos que participarão do projeto e voltam para entregá-los ao professor regente após cada aula. De acordo com observação realizada em cada um dos projetos citados será feita agora um apanhado do que se pode perceber da execução de cada um.

¹⁵ <http://meuartigo.brasilecola.com/educacao/metodologias-ensino-projetos-interdisciplinares.htm>

- **Informática**

O uso da tecnologia de acordo com Vieira (2004) beneficia a prática pedagógica no cotidiano escolar tornando-se também uma ferramenta de peso para a equipe gestora. Um dos grandes desafios apontados pelo autor é o de saber como a tecnologia pode se constituir numa aliada dos gestores no processo ensino aprendizagem.

Desta forma, para o autor, “a criação de um ambiente informatizado, que tenha como objetivo gerenciar dados e informações para permitir a criação e melhoria de conhecimento sobre os processos da escola requer de nossa parte, muito bom senso.” (VIEIRA, 2004. p. 5). O autor valoriza também a necessidade de se planejar a existência de momentos de troca de experiências entre professores da sala de informática e os regentes.

A identificação dos alunos com a sala de informática foi bastante perceptível no momento da observação, sendo o momento mais esperado e talvez o único, para muitos alunos, em que se tenha algum rendimento e dedicação. Pelas limitações e necessidades especiais dos alunos, são atendidos de três a quatro alunos por vez, sendo que em certos casos, apenas um.

Na aula observada dois alunos compareceram e um faltou ao atendimento. Para um dos alunos o que mais atraía no computador eram os jogos de pintar e descobrir os pares dos objetos. O outro aluno queria assistir vídeos com músicas infantis na internet. Ao final da aula nenhum aluno queria voltar para sua sala.

O interesse pela tecnologia é algo que se observa em várias etapas e idades. Mesmo alunos com deficiência intelectual aproveitam e se desenvolvem com as atividades adaptadas para cada um.

- **Capoeira**

A capoeira foi tombada como patrimônio cultural do Brasil em 15 de julho de 2008, de acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e como bem imaterial em 20 de novembro de 2009, no Rio de Janeiro (Dia Nacional da Consciência Negra), através da Lei No. 2.414/09.

De acordo com Orborne, Souza e Teixeira (2012), a capoeira é uma prática pedagógica que trata da cultura corporal do movimento tendo como objetivo introduzir e integrar os alunos às práticas corporais historicamente construídas e modificadas pela ação humana. Desta forma:

A cultura corporal do movimento apresenta dois aspectos essenciais: o corpo e o movimento; tendo como intencionalidade ampliar o lastro de reflexão e análise em todas as práticas relacionadas ao movimento e as suas representações. (Osborne, Souza e Teixeira. 2012, p. 8)

Segundo os autores, se praticada da educação infantil ao ensino médio, a capoeira pode contribuir na formação de cidadãos que desfrutem, partilhem e transformem as manifestações que caracterizam essa área, a saber: os jogos, as danças, as lutas, os esportes e as ginásticas. (Osborne, Souza e Teixeira, 2012).

De acordo com as entrevistas e questionários realizados este projeto é o mais popular entre os alunos e que coloca a escola em mais evidência dentro do Distrito federal. Assim como acontece com a Ludoteca, os alunos são atendidos individualmente ou em pequenos grupos e duas vezes por semana participam da grande roda de capoeira com todo o turno reunido.

A professora Ângela Amoras é a grande responsável e idealizadora deste projeto que desde 2006 acontece na escola e muitas vezes também fora dela, em eventos e participações especiais. Com o título de “Vamos Começar a Brincadeira?”, alunos e professores vivenciam e praticam a capoeira neste projeto que envolve a comunidade escolar em diversas ocasiões e eventos realizados.

Foi observada uma das rodas de capoeira realizadas semanalmente com os alunos. Na capoeira adaptada ao ensino especial a professora responsável pelo projeto toca o berimbau e puxa as músicas que acompanharão os movimentos e que são bastante conhecidas dos alunos como as cantigas de roda. Alguns alunos tocam padeiros, atabaque e agogô. Cada rodada é muito disputada pelos alunos, pois todos querem gingar de uma só vez. Essa questão é muito trabalhada para que cada um espere a sua vez de participar.

Como prática que favorece a valorização afrodescendente esse projeto vai de encontro à lei 10.639/2003 que incentiva o ensino nas escolas públicas das

questões ligadas a cultura de herança africana e indígena. Superadas barreiras iniciais relacionadas à religião, (muitos professores evangélicos se negam a levar seus alunos para participar das rodas de capoeira por acharem que esta prática remete ao candomblé ou outras religiões) aos poucos grande parte da comunidade escolar abarcou esse projeto que dá vida aos alunos proporcionado muita alegria e participação de todos. Os pais tiram fotos, levam os filhos nos eventos fora da escola e em certos casos, exigem mesmo a participação dos filhos no projeto.

- **Meio Ambiente**

Acerca do ensino como base para ações sustentáveis e de conservação do meio ambiente do capítulo 36 da Agenda 21,¹⁶ o ensino, a conscientização pública e o treinamento devem ser reconhecidos como um processo pelo qual os seres humanos podem desenvolver plenamente suas potencialidades. O ensino, desta forma, tem fundamental importância na promoção do desenvolvimento sustentável e para aumentar a capacidade das pessoas para discutir questões do meio ambiente.

O que esse documento do meio ambiente destaca é que tanto o ensino formal como o informal são indispensáveis para modificar a atitude das pessoas, levando-as a avaliar os problemas do desenvolvimento sustentável de forma consciente. O ensino da educação ambiental, neste contexto:

...é fundamental para conferir consciência ambiental e ética, valores e atitudes, técnicas e comportamentos em consonância com o desenvolvimento sustentável e que favoreçam a participação pública efetiva nas tomadas de decisão. Para ser eficaz, o ensino sobre o meio ambiente e desenvolvimento deve abordar a dinâmica do desenvolvimento do meio físico/biológico e do sócio econômico e do desenvolvimento humano (que pode incluir o espiritual) deve integrar-se em todas as disciplinas e empregar métodos formais e meios efetivos de comunicação. (Agenda 21, capítulo 36: Base para Ação. Rio, 1992.).

¹⁶ <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/documentos-referenciais/item/8067>

Em 2007 foi inaugurado o Parque Ecológico Especial e teve início o projeto do meio ambiente com a professora Márcia Ehms. A escola dispõe de uma área verde privilegiada em comparação com outras escolas da cidade. Olhando fotos da inauguração pode se observar que ainda não existiam árvores ou plantas nas laterais da escola. Em poucos anos a situação mudou com o empenho de todos que se identificam com o cuidado e cultivo de plantas frutíferas e ornamentais.

Além dos atendimentos individuais ou em pequenos grupos, são realizados diversos momentos de sensibilização para a conservação do meio ambiente e da utilização de materiais recicláveis nas atividades pedagógicas realizadas nos quais toda a escola participa e interage promovendo a socialização de toda a comunidade escolar com piqueniques, pinturas de murais ecológicos, plantio de sementes degustação de alimentos e muito mais.

Numa aula observada, a professora colocou o aluno num carrinho de supermercado e passearam pela escola procurando frutas que pudessem ser colhidas. Transformar pequenas ações em atividades pedagógicas é o grande desafio deste projeto que promove a convivência direta dos alunos com a natureza.

- **Ludoteca**

A contação de histórias, conduzida em um ambiente agradável, é uma das grandes oportunidades de desenvolvimento da imaginação dos alunos. É uma das atividades mais antigas do ser humano e que forma agrupamentos fortalecidos e comunidades com identidade e origem. É uma oportunidade importante para a construção de uma identidade social e cultural que será apresentada dentro do ambiente escolar. Por meio delas podem-se enriquecer as experiências, desenvolver a linguagem, ampliar o vocabulário, formar o caráter, a confiança no bem além de proporcionar a vivência do imaginário.¹⁷

Não se pode esquecer que contar histórias é uma forma de fazer com que ideias sejam organizadas e entendidas no contexto escolar, pois:

¹⁷ <http://www.projetoamplitude.org/com-a-palavra-amplitude/a-importancia-de-contar-historias/>

Narrar uma história é um modo de estruturar o mundo em função das nossas ações individuais. Implica um trabalho de organização da memória individual, feito a partir da acumulação e organização de dados de uma experiência não necessariamente vivida, visto que a memória é uma reorganização de ideias, impressões, subjetividades, afetos e conhecimentos adquiridos no vivido, na leitura, no imaginado. O ato de narrar requer um domínio do tempo narrativo, que corresponde a uma enunciação verbal do passado. Todos os contadores mantêm, por meio de suas histórias, um elo entre passado e presente, real e sobrenatural, possível e impossível, razão e imaginação. (FARIAS, 2011. p.20)

O projeto da Ludoteca foi criado em 2011 para aliar suas atividades com a sala de leitura. A proposta inicial era de que o mundo das histórias infantis fizesse parte da vida dos alunos de forma lúdica e prazerosa. Além do atendimento que alguns alunos têm uma vez por semana, a cada quinze dias a Ludoteca realiza atividades coletivas, de acordo com as temáticas trabalhadas pelas turmas e organizadas nas coordenações coletivas. Vários personagens são apresentados aos alunos em atividades como o chá de poesias e contação de histórias.

Na aula observada foram atendidos alunos da oficina sócio profissionalizante. Os alunos assistiram a uma apresentação de fantoches da história dos três porquinhos, pintaram desenhos e cantaram músicas. Tudo aconteceu num ambiente preparado com teatro de fantoches e fantasias para os alunos participarem da aula. Observou-se muita animação e interação da turma com as atividades realizadas.

A dinâmica das atividades realizadas no centro de ensino especial requer que a cada instante se reinvente as formas lúdicas de contar histórias e experimentar novas maneiras de se chegar ao aluno e inseri-lo nas atividades propostas. O projeto da Ludoteca é marcante para cada aluno que relembra das atividades perguntando quando os personagens vão vir outra vez e onde eles estão. O professor da sala de leitura se transforma numa espécie de celebridade ao proporcionar o encontro dos alunos e o contato com o mundo das histórias e fantasias criadas pelos diversos autores destacados.

- **Música**

Atendendo às disposições da LDB acerca do ensino de música nas escolas, o CEE de Santa Maria não quis ficar de fora desta oportunidade de oferecer algo mais

aos alunos atendidos na escola. A música faz parte da vida de todos os alunos é uma linguagem universal e pode se constituir em ferramenta pedagógica e de desenvolvimento dos alunos.

O projeto de Música “Cantando é que se Aprende” iniciou-se em 2013 com uma sala equipada com instrumentos como teclado, violão, pratos, pandeiros, chocalhos e outros diversos que promovem a percepção sonora e auditiva dos alunos. Observou-se que muitos aproveitam esse espaço de forma lúdica e com muita espontaneidade. O manuseio de objetos sonoros diversos e as músicas exploradas no projeto proporcionam momentos diferentes dos vivenciados no dia a dia de sala de aula.

- **Dança**

A implantação do projeto de dança na escola e as tentativas de se estabelecer as bases para o trabalho com a dança adaptada para o ensino especial também podem chegar às questões abordadas por Strazzacappa (2002 -2003) acerca da dança na educação. De acordo com essa autora é preciso que se especifique o que é exclusivo do ensino da dança enquanto arte desenvolvida nas escolas.

Considerada como arte abaixo das demais expressões artísticas, a dança é vista como complemento de música, como conteúdo de educação física, atividade complementar ou extracurricular. Falta uma base teórica para tratar o ensino da dança na educação. (STRAZZACAPPA, 2002 - 2003)

A questão do ensino da dança tratada por Marques (2010) chama a atenção pelo cuidado com o aspecto social e as implicações do movimento para a descoberta do aluno enquanto participante do meio onde está inserido. Quero abordar o movimento na ótica da concepção corporal tão necessária ao desenvolvimento das atividades com dança.

Para Marques é necessário deixar a postura ingênua com relação à dança na qual apenas se copiam o que se vê, reproduzindo repertórios prontos da mídia e passar para uma postura crítica, onde a dança é compreendida como linguagem que

possibilita o conhecimento e que o aluno pode ser criador, ao invés de mero reprodutor. Nesta perspectiva o aluno pode compreender que o corpo não é apenas um instrumento de dança, mas o próprio dançarino, com toda a carga cultural e social que trás em si e que a dança é expressão deste corpo numa linguagem artística. (MARQUES 2010)

A dança vista como expressão artística também é uma proposta de Duarte (2011), na qual o homem tem a percepção de si e do mundo que o rodeia. Esta autora destacou a dança no seu significado primitivo de manifestação lúdica e espiritual que abarca aspectos físicos, mentais e emocionais.

A perspectiva de trabalhar com dança, ou melhor, de se continuar trabalhando com a dança, apoia-se na reflexão sobre a criatividade da dança que possa proporcionar uma experiência sensível do movimento no aluno. De acordo com Duarte é preciso que se estimule a autonomia ativa do corpo e da mente dos alunos para que eles possam experimentar a criatividade do movimento e aguçar a percepção e a sensibilidade do corpo. (DUARTE, 2011)

Como o mais novo projeto interdisciplinar da escola, a Dança chegou aos alunos em turmas formadas neste ano de 2014. Ainda em fase de adaptação e implantação, o projeto está sendo realizado nos moldes dos outros já existentes na escola.

Neste início de ano os alunos foram incentivados a perceberem a dança no cotidiano da escola, na comunidade e no mundo através da observação de fotos e gravuras que destacam essa atividade.

De acordo com a aula observada os alunos são levados a uma percepção corporal individual e coletiva onde movimentos locomotores e cotidianos como andar, pular, saltar, girar, rolar, dentre outros, são transformados em dança.

Assim como a música, a dança é uma linguagem entendida por todos e de fácil aceitação. Como verificado nos eventos da escola realizados neste primeiro semestre, foram feitas composições coreográficas para celebrar datas e acontecimentos. Desta forma a dança é utilizada para marcar os momentos de

socialização na escola pontuando os eventos mais esperados durante o ano. Há um destaque especial para as danças regionais e afrodescendentes.

Apesar de alguns equívocos que valorizam as danças da mídia em detrimento daquela elaborada com criatividade e análise da percepção corporal, a dança neste projeto é vista como algo possível para todos e colocada de forma a favorecer e promover a participação e a criatividade dos alunos.

O respeito pelas limitações próprias de cada aluno e também de cada funcionário da escola que se dispõe a colaborar com o projeto é um aspecto positivo que pode ser observado na realização das atividades propostas. Positivamente também no que se refere à dança, muitos querem contribuir com sugestões e participar de forma direta nas apresentações realizadas.

CONCLUSÃO

No processo de planejamento dos projetos pesquisados foram analisadas as dificuldades e as vantagens da execução das atividades propostas. Diante dos dados analisados conclui-se que, embora muitas, as dificuldades não representam impedimento para que os projetos pedagógicos sejam planejados e colocados em prática. Os problemas neste contexto específico das atividades pedagógicas fazem parte do percurso de qualquer trabalho.

O que se pode destacar como positivo é que o coletivo pode encontrar soluções favoráveis ao andamento e encaminhamento de ações que podem satisfazer as necessidades da comunidade escolar.

O planejamento em si é algo que ainda necessita de mais empenho e disposição na comunidade escolar pesquisada. Percebe-se que muitas propostas estão ligadas a determinados docentes que abraçam os projetos que mais se aproximam de seu perfil, o que pode acabar reforçando questões e gostos pessoais. Os que não opinam, ou que se colocam de forma neutra, cruzam os braços esperando que outros se manifestem e tomem as decisões.

Mesmo diante do comodismo perceptível ou pela falta de entusiasmo e participação de alguns, os projetos pedagógicos realizados na escola pesquisada conseguem minimizar os efeitos negativos de posturas que poderiam ser mais prejudiciais ao desenvolvimento da aprendizagem e socialização.

O foco das ações desenvolvidas, como destacado nas entrevistas, é o aluno. Tudo que está sendo realizado e que ainda vai fazer parte das atividades escolares precisa estar voltado para o desenvolvimento do aluno. No entanto, os professores também precisam descobrir novas formas de ensinar a cada etapa do processo e desenvolvimento das atividades pedagógicas.

A valorização do potencial das pessoas envolvidas em cada um dos projetos analisados sobrepõe-se às dificuldades e limitações encontradas e apontadas nos questionários e entrevistas. A vontade de transformar o ambiente de trabalho em

algo mais prazeroso e agradável é o ponto forte de cada proposta desenvolvida nos projetos interdisciplinares realizados na escola.

A capacidade criativa dos profissionais da educação é algo que se deve observar com sensibilidade no ato de planejar as ações coletivas que vão fazer parte do dia a dia da escola. Os projetos interdisciplinares apresentados nesta pesquisa refletem este aspecto de forma positiva e motivadora no contexto da educação especial no qual cada projeto está inserido.

Olhar as limitações focando nas dificuldades não vai abrir caminhos para superá-las. Buscar novas formas de fazer a educação, como a descrita e analisada na pesquisa, implica em ações pensadas e refletidas no coletivo acerca do cotidiano próprio da escola.

Pensar e agir no coletivo envolve, portanto, a participação de toda a comunidade escolar, assim como discutido pelos autores e textos analisados, e isso vai influenciar na decisão da continuidade ou não das práticas pedagógicas desenvolvidas no cotidiano da instituição educacional expressas em cada projeto interdisciplinar.

Isso pode indicar respostas preliminares aos questionamentos destacados no início da pesquisa. É possível promover a aprendizagem de forma mais prazerosa sem perder o foco nas habilidades que se quer atingir. Os gestores, junto à comunidade escolar podem renovar e incentivar a cada ano, o fazer pedagógico, tomando como base projetos sugeridos pelos profissionais que atuam na escola. O corpo docente precisa se sentir engajado na busca por diferentes maneiras de ensinar para que os resultados na aprendizagem sejam mais satisfatórios e condizentes com a realidade da comunidade escolar

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete M.L. de. **Implicações da nova lógica de ação do Estado para a educação municipal**. Revista Educação & Sociedade n. 80 Campinas: CEDES, 2002.

BARROS, Jussara de. Projetos Escolares a Motivação para Aprender. Disponível em:
<<http://www.educador.brasilecola.com/orientacoes/projetos-escolares-motivacao-para-aprender.htm>>.

BELLONI, J. Questões e propostas para uma avaliação institucional formativa. In: FREITAS, L. C. (Org.). Avaliação de escolas e universidades. Campinas, SP: Komedi, 2003, p. 9-34.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 23, dez., 1996.

Criando Projetos. In:
<http://www.intel.com.br/content/dam/www/program/education/lar/br/pt/documents/project-design/dep-pbl-research.pdf>

CURY, Carlos R. Jamil. Os Conselhos de Educação e a gestão dos sistemas. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. (Orgs.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2000.

CODO, Wanderley, VASQUEZ-MENEZES, Iône. O que é burnout? In: CODO, Wanderley (Coord.). Educação: carinho e trabalho. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.

DIAS, Adelaide Alves. **Da educação como direito humano aos direitos humanos como princípio educativo**. In: Educação em Direitos Humanos: fundamentos teóricos metodológicos. UFA. Alagoas, 2012.

Direitos humanos: uma abordagem conceitual. Disponível em:
http://moodle3.mec.gov.br/ufrgs/file.php/1/gestores/direito/direitoshumanosconceito_u1_pg1.htm

DOURADO, Luiz Fernandes. MORAES Karine Nunes. OLIVEIRA, João Ferreira de; Autonomia decretada e autonomia constituída. Material elaborado para a Escola de Gestores do Ministério da Educação- MEC, 2008.

DUARTE, Márcia. Pedagogia da dança escolar. In: SANCHES, Alcir Braga, (Coordenador). Educação Física - Curso à distância: módulo 7. Brasília, MEC, UnB, 2011

FARIAS, Carlos Ademar. **Contar Histórias é Alimentar a Humanidade da Humanidade**. In: Contadores de Histórias: um exercício para muitas vozes. Rio de Janeiro, 2011.

FERRI. Lúcia Maria Corrêa Gomes. MACEDO. Mara Elisa de. SANTOS. Claudinete dos. **O planejamento participativo da escola como prática inovadora**. Pelotas, 2012. Disponível em:
<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/viewFile/2098/1936>

FIGUEIREDO, Sonner Arfux de. GAMA, Anaiton de Souza. O Planejamento no Contexto Escolar. Disponível em:
<http://www.discursividade.cepad.net.br/EDICOES/04/Arquivos04/05.pdf>.

FONSECA, Marília. OLIVEIRA, João F. TOSCHI, Mirza S. **A relação entre o plano de desenvolvimento da escola (PDE) e o projeto político-pedagógico da escola (PPP): concepção e avaliação**. Goiânia, 2004, mimeo 12p.

GANZELI, Pedro. **O processo de planejamento participativo da unidade escolar. Política e gestão educacional**. Disponível em:
<http://www.fclar.unesp.br/publicações/revista/gestão.html>

GROH, Ivanete Lago. **Participação da comunidade na escola pública: a percepção de professores, alunos e pais sobre projetos em parceria escola, comunidade e empresa**. Disponível em:
<http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/451/456>

MARQUES, Isabel. Linguagem da Dança: arte e ensino. Digitexto, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Secretaria da Educação Básica. **Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da escola pública**. Brasília: DF, 2004. p. 23-27.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Secretaria da Educação Básica. **Indagações Sobre o Currículo**. Brasília: DF, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Secretaria da Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: DF, 2013.

OSBORNE, Renata. SOUZA, Eliane Glória. TEIXEIRA, Francisco F. A Prática do Ensino da Capoeira nas Escolas: perfil e visão do capoeirista. In: Corpus et Scientia,

Rio de Janeiro v. 8, n. 2, p. 1-15, out. 2012.

PINTO, Fernanda Chequer de A. a Importância de Contar Histórias. In: <http://www.projetoamplitude.org/com-a-palavra-amplitude/a-importancia-de-contar-historias/>

PRADO, Maria Elizabete Brisola Brito. Pedagogia de projetos: fundamentos e implicações. In: ALMEIDA, Maria Elizabete Biaconcine de. MORAN, José Manuel (Org.). **Interação das tecnologias da educação**. Brasília: Ministério da Educação/SEED/TV Escola/Salto para o Futuro, 2005. cap. 1, artigo. 1.1 p. 12-17. Disponível em <http://www.tvebrasil.com.br/salto>.

Projeto Político Pedagógico. Centro de Ensino especial 01 de Santa Maria: DF, 2013.

RIBEIRO, Verônica Nunes de Carvalho. **Planejamento Educacional: organização de estratégias e superação de rotinas ou protocolo institucional?** Disponível em: <http://www.difdo.diren.prograd.ufu.br/Documentos/Texto2-Planejamento-Educacional.pdf>

SILVA, Marcelo Soares Pereira da. **O gestor escolar frente o desafio da participação no planejamento do trabalho escolar: dimensões e significados**. In: Escola de Gestores da educação básica. 2. ed. 2009. CD-ROM.

SOARES, Alairton Luiz Araújo. **Metodologias de Ensino: Projetos Interdisciplinares**. In: <http://meuartigo.brasilecola.com/educacao/metodologias-ensino-projetos-interdisciplinares.htm>

SOUSA, José Vieira. Projeto Pedagógico: Sentido Social e Político da Gestão da Escola. In: MACHADO, M. A. M (org.). Construindo Saberes e Práticas de Gestão na Escola Pública. Brasília: CONSED, 2006, p. 189-199.

SOUZA, Sandra Z. L. de. Avaliação institucional: elementos para discussão. In: Escola de Gestores da educação básica. 2 ed. 2009. CD-ROM.

SOUZA, Ângelo Ricardo et al. Avaliação Institucional: A Avaliação da Escola com Instituição. In: Escola de Gestores da Educação Básica. 2ª ed. 2009. CD- ROM.

SOUZA, Ângelo Ricardo de Souza [et al.]. **Planejamento e trabalho coletivo**. Universidade Federal do Paraná, Pró Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: Ed. da UFPR. 2005, p.15-22.

SUPLINO, Maryse. Currículo Funcional Natural: guia prático para a educação na área de autismo e deficiência mental. Brasília, DF, 2005.

STRAZZACAPPA, Márcia. Dança na educação: discutindo questões básicas e polêmicas. In: Revista Pensar a Prática. Vol. 6, jun./jul. 2002 – 2003. P. 73 – 85.

VASCONCELLOS, Celso S. **Planejamento: Projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico**. 9. ed. São Paulo: Libertad, 2006. p. 14-64.

VEIGA, Ilma Passos A. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 2 a . ed., Campinas, SP: Papirus, 1996.

VIEIRA, A. Funções e Papéis da Tecnologia. **Curso Gestão Escolar e Tecnologias**. São Paulo, PUC-SP, 2004.

APÊNDICES

Apêndice A: Questionário dos Pais

Apresentação

O presente questionário é uma atividade que permitirá a coleta de dados referentes à pesquisa monográfica: **Planejamento de Projetos Educacionais - Integração e Socialização da Comunidade Escolar** está sendo realizada para finalização do curso de pós-graduação em Gestão Escolar da Escola de Gestores UNB (Universidade de Brasília) em parceria com a EAPE (Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais em Educação).

A pesquisa pretende analisar a prática e a participação da comunidade escolar frente aos projetos pedagógicos desenvolvidos no CEE 01 de Santa Maria. Agradeço, desde já, a colaboração de todos na realização desta etapa tão importante para conclusão do trabalho monográfico.

Professora: Belister Rocha Paulino

1. Assinale as alternativas relacionadas ao atendimento do seu filho no CEE 01 de Santa Maria:

A. Tempo que seu filho estuda nesta unidade escolar:

() Menos de cinco anos.

() Cinco anos.

() Mais de cinco anos.

() Dez anos.

() Mais de dez anos.

B. Tipo de atendimento no qual seu filho está matriculado:

() TGD (Transtorno Global do Desenvolvimento)

() DMU (Deficiências Múltiplas)

() Oficinas Profissionalizantes

() Educação Precoce

2. A respeito dos projetos realizados no CEE e sua participação na vida escolar do seu filho marque SIM ou NÃO:

- Conheço os projetos que estão sendo realizados este ano na escola.
() SIM () NÃO
- Meu filho está participando de ao menos um dos projetos.
() SIM () NÃO
- Já participei da realização de algum deles.
() SIM () NÃO
- São necessários às práticas pedagógicas da escola.
() SIM () NÃO. Por quê? _____
- Promovem desenvolvimento dos alunos.
() SIM () NÃO. Justifique: _____
- Promovem a participação da família.
() SIM () NÃO. De que forma? _____
- Houve comunicação da realização dos projetos pela equipe de direção.
() SIM () NÃO
- Participo das reuniões escolares com frequência.
() SIM () NÃO. Por quê? _____
- Conheço a rotina das atividades desenvolvidas na escola referentes ao atendimento do meu filho.
() SIM () NÃO

3. Destaque as vantagens que você percebe no desenvolvimento dos projetos pedagógicos realizados no CEE 01 de Santa Maria:

4. Aponte dificuldades e problemas que identifica na realização dos projetos interdisciplinares dos quais seu filho participa:

Apêndice B: Questionário dos Professores

Apresentação

O presente questionário é uma atividade que permitirá a coleta de dados referentes à pesquisa monográfica: **Planejamento de Projetos Educacionais - Integração e Socialização da Comunidade Escolar**. Este trabalho está sendo realizado para finalização do curso de pós-graduação em Gestão Escolar da Escola de Gestores UNB (Universidade de Brasília) em parceria com a EAPE (Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais em Educação).

A pesquisa pretende analisar a prática e a participação da comunidade escolar frente aos projetos interdisciplinares desenvolvidos no CEE 01 de Santa Maria. Agradeço, desde já, a colaboração de todos na realização desta etapa tão importante para conclusão do trabalho monográfico.

Belister Rocha Paulino

1. Assinale as alternativas relacionadas à sua atividade pedagógica:

C. Tempo de atuação nesta unidade escolar:

- () Até um ano.
- () Até três anos.
- () Até cinco anos.
- () Mais de cinco anos

D. Componente Curricular:

- () Atividades
- () Educação Física
- () Outros

E. Turmas com as quais trabalha este ano:

- () TGD
- () DMU
- () Oficinas profissionalizantes
- () Educação Precoce

2. A respeito dos projetos realizados no CEE marque SIM ou NÃO:

- Conheço os projetos que estão sendo realizados este ano na escola.

() SIM () NÃO

- Proporcionam a participação de todos os professores e alunos.

() SIM () NÃO. Justifique: _____

- Já participei da realização de algum deles.

() SIM () NÃO

- São necessários às práticas pedagógicas da escola.

() SIM () NÃO. Por quê? _____

- Promovem desenvolvimento dos alunos.

() SIM () NÃO. Em que sentido? _____

- Foram idealizados em ação conjunta com a comunidade escolar.

() SIM () NÃO

- São direcionados a todos os alunos.

() SIM () NÃO

- Promovem a participação da família.

() SIM () NÃO. Justifique: _____

- São desenvolvidos em quantidade suficiente.

() SIM () NÃO

- Poderiam ser reduzidos em quantidade.

() SIM () NÃO

- Há apoio e suporte da equipe gestora na realização das atividades.

() SIM () NÃO. Comente: _____

3. Destaque pontos que ressaltam as vantagens do desenvolvimento dos projetos pedagógicos realizados no CEE 01 de Santa Maria:

4. Aponte dificuldades e problemas que identifica no processo de realização dos projetos interdisciplinares:

Apêndice C: Roteiro de Entrevistas

Para a Equipe Gestora

1. Como foi o processo de implantação dos projetos que estão sendo realizados atualmente no CEE 01 de Santa Maria?
2. Qual foi o primeiro projeto interdisciplinar que a escola desenvolveu? Quando ele foi iniciado?
3. A elaboração e desenvolvimento dos projetos representam a participação da comunidade escolar como um todo?
4. Que aspectos positivos você pode destacar no desenvolvimentos dos projetos realizados na escola?
5. Quais as dificuldades encontradas no processo de execução dos projetos?
6. As propostas dos projetos partiram da direção ou dos professores?
7. Como os projetos pedagógicos desenvolvidos estão relacionados ao Projeto Político Pedagógico da escola?

Para os Pais dos alunos

1. Você conhece os projetos que são desenvolvidos atualmente na escola?
2. Seu filho participa de quais?
3. O que esses projetos representam na educação do seu filho?
4. Como é sua participação enquanto pai/mãe na escola?
5. Acompanha as atividades que seu filho realiza na escola?
6. Qual a avaliação que faz dos projetos desenvolvidos na escola neste ano?

Apêndice D: Roteiro de Observação

Atualmente são desenvolvidos seis projetos interdisciplinares no CEE 01 de Santa Maria, a saber:

- Meio Ambiente
- Capoeira
- Ludoteca
- Música
- Dança
- Informática

Cada projeto atende cerca de trinta alunos uma vez por semana, tendo a duração de quarenta e cinco minutos. Serão feitas observações nos projetos desenvolvidos no turno vespertino em dias e horários combinados com os professores regentes dos atendimentos. Na observação de uma aula de cada projeto, (quarenta e cinco minutos) e nos momentos coletivos de alguns projetos realizados no pátio ou auditório, serão analisadas as atividades desenvolvidas pelos professores e alunos, destacando:

- Envolvimento dos professores.
- Participação dos alunos com o tema desenvolvido.
- Tempo para a realização das atividades.
- Coerência das atividades com o tipo de deficiência dos alunos.
- Espaço e estrutura onde o projeto se realiza.
- Materiais utilizados nas atividades desenvolvidas.